

ISSN 2007-1620

Humanitas

Universidad Autónoma de Nuevo León
Anuario del Centro de Estudios Humanísticos

Año 47, No. 47, Vol. II
Enero-Diciembre 2020

Ciencias Sociales



UANL®

O BRANCO NÃO BRANCO E O BRANCO-BRANCO

WHITE NOT WHITE AND WHITE WHITE

Lourenço Cardoso *

Resumo: Este artigo trata-se de um capítulo de um livro que publiquei no Brasil em 2017 numa coletânea chamada “Branquitude”. O tema central é o branco brasileiro. O branco brasileiro comparado com outros brancos pode ser considerado menos-branco. Por exemplo, o branco brasileiro é menos branco comparado ao branco estadunidense, inglês, alemão, italiano. O branco brasileiro também é considerado branco menor porque foi colonizado pelos portugueses. Os portugueses que já foram colonizados no passado pelos africanos e sempre foram considerados os menos brancos da Europa.

* Professor do Instituto de Humanidades e Letras, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Campus de Araraquara. Mestre em Sociologia pela Universidade de Coimbra (UC) e Centro de Estudos Sociais. Graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Coordenador Geral do Grupo de Estudos e de Pesquisa Leituras de Rua. E-mail: lourencocardoso@unilab.edu.br.

Palavras-chaves: branquitude, branco-não branco, colonização ibérica, raça.

Abstract: This article is a chapter of a book that I published in Brazil in 2017 in a collection called “Branquitude”. The central theme is Brazilian white. Brazilian white compared to other whites can be considered less white. For example, Brazilian white is less white compared to American white, English, German, Italian. Brazilian white is also considered a minor white because it was colonized by the Portuguese. The Portuguese who were colonized in the past by Africans and have always been considered the least white in Europe.

Keywords: whiteness, white-not white, Iberian colonization, race.

Prólogo

O TEMA PRINCIPAL deste artigo é o branco brasileiro, as vicissitudes de ser branco, a partir de sua matriz ibérica: a portuguesa. O branco português é o colonizador do território que se tornou continental. Quem foram os primeiros portugueses a “semear” o que se tornaria o povo brasileiro? A não branquitude é uma das suas características marcantes, originária de sua mistura biológica e cultural com mouros, judeus, ciganos e africanos. mestiçagem que potencializa seus vícios e diminui suas virtudes. Além disso, os primeiros a desembarcarem no Novo Mundo serão os degredados, diga-se de passagem, a pior espécie de lusitanos, por isso, foram condenados a abandonarem sua nação.

Será o degredado, o menor em hierarquia entre os próprios brancos portugueses, o primeiro colonizador das novas terras. Para o inglês, o português era um selvagem, um branco não branco, entenda-se (branco menos branco), um branco degenerado em decorrência de sua mistura com outros povos ao longo dos séculos.

Neste artigo existe a preocupação com a questão do anacronismo, ou seja, a atribuição de conceitos e valores contemporâneos a fenômenos do passado, para ilustrar, seria correta a definição branco português? Seria uma questão de cor? A denominação mais adequada não seria defini-lo por raça ou cor, e sim, por espaço, nacionalidade, isto é, europeu? Português? De repente, acrescenta-se branco? Branco português? O branco português, assim como optei defini-lo, será o colonizador de um território continental¹. A tarefa causalheimpacto, entre eles, a *cegueira*. (SANTOS, 2002, p. 226),

¹ A discussão sobre anacronismo, raça ou cor se encontra em CARDOSO, C. Lourenço. *O branco ante a rebeldia do desejo*: um estudo sobre a branquitude no Brasil. [Tese de Doutorado]. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil, 2014.

significa isso, a falta de enxergar o outro como igual em humanidade. Tal característica não se restringe ao colonialismo de matriz ibérica. Diz respeito a todos os colonialismos. A escravidão também afetou o português, tornando-o estereótipo, memória de um passado indesejado. A sociedade brasileira enfraqueceu ou invisibilizou essa imagem portuguesa ao caminhar para a industrialização.

O branco português cristalizou-se como estereótipo, etnia, a partir do momento em que novos atores entravam em cena, ou mais propriamente, o branco-branco, o branco italiano e outros europeus. Para o Brasil que se queria moderno, que ansiava embranquecer, o branco português tornou-se desimportante, o branco menos branco passou a significar a corporificação de uma história que não interessava mais.

O branco brasileiro? Por acaso, alguém já viu um?² Estou plenamente convicto de que existe; digo mais, “ele está entre nós”. Os “brancos brasis” possuem uma branquitude “enegrecida”, porém, não deixam de existir. O branco brasileiro, fruto do branco português com a indígena e o africano em sua matriz. Logo, é um branco não branco piorado, “uma raça triste”, como diria Paulo Prado (BROOKSHAW, 1983, p. 99)³. Resgatando que o branco português é também um branco não branco, isso significa menos branco se comparado ao branco inglês; isso diz respeito à hierarquia entre os próprios brancos. O branco brasileiro revigorou a não branquitude do branco português, de origem judaica, moura, africana, simplesmente por descender do branco não branco português e outros não-brancos: indígenas e africanos.

Ser branco brasileiro também pode ser considerado uma pessoa de valor. O branco, nos dias de hoje, nem sempre rejeita

² Cf. SOVIK, Liv Aqui ninguém é branco: hegemonia branca no Brasil. In: WARE, Vron (org.) *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond. 2004, p. 363-386.

³ A raça triste diz respeito a todos os brasileiros, não somente aos brancos.

a sua parte negra. As heranças cultural e biológica não brancas, não europeias, podem ser consideradas positivas. Entretanto, o branco que deseja tornar-se mais branco – entenda-se virtuoso, moderno, mais belo – ambiciona embranquecer, no sentido de se modernizar. Nesse particular, embranquecer significa “estadunizar-se”, porque é a “branquitude referência” contemporânea. O branqueamento alcança-o em sua intenção de ser mais branco, de se colocar numa hierarquia racial de superioridade entre os próprios brancos.

Se também podemos considerar a imigração como uma opção brasileira para se distanciar da história da colonização, nesse ponto de vista, ser moderno significava tornar-se branco. Aqui se entende o incentivo a imigração do branco da Europa central: brancos “alemães” e “italianos”⁴. Em outro período histórico, a composição brasileira torna-se mais complexa. Refiro-me à chegada de imigrantes não brancos, não europeus, nomeadamente, o libanês, o sírio e o japonês⁵. Diante da questão dos seus descendentes tornarem-se brancos no Brasil, eles terão a opção, desde que a corporeidade permita, mesmo que seja numa brancura bronzeada. O novo ciclo de imigrantes não europeus não necessariamente se tornou identidades hifenizadas. De forma semelhante ao português, italiano e alemão⁶, podem optar por fazer uso do hífen ou torná-lo oculto; por exemplo, luso-brasileiro, ítalo-brasileiro, teuto-brasileiro.

Os sírio-libaneses podem se tornar apenas brancos, brasileiros, desde que possuam brancura e nenhum outro

⁴ No caso de brancos “alemães”, refiro-me também às pessoas que vieram para o Brasil mesmo antes e durante o processo de formação do seu Estado nacional, pois é dessa forma que eles se afirmam quando se refere a sua origem: descendente de Alemães. Estou ciente dos equívocos que nos colocam os termos anacrônicos.

⁵ Sobre a época que se nota a presença dos chineses no Brasil Cf. LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional: Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. Trad. Patricia de Queiroz Zimbres, São Paulo: Editora Unesp, 2001.

⁶ et al.

marcador de diferença que revele sua matriz familiar, como uma roupa que remeta à etnia ou à nova etnia (HALL, 2005). O nissei (Nikkei), descendente do japonês, não desfruta dessa opção⁷. Geralmente, é classificado como japonês, ou seja, estrangeiro. Ele, para reivindicar a identidade nacional, pode utilizar o hífen (LESSER, 2001, autodefinindo-se: nipo-brasileiro. Os descendentes de chineses, da mesma forma, podem se intitular sino-brasileiro. Diferente daquele imigrante não europeu com traços da brancura, que pode escolher por manter o hífen oculto, ou não, o hífen não será necessário para ser considerado: brasileiro, “branco-brasileiro”.

O branco português: não branco-lá, branco-aqui

O branco português é um branco miscigenado, assim como nos lembra, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. O povo ibérico (português e espanhol) foi colonizado por, aproximadamente, seis séculos, pelos mouros (MARQUES, 1997). Logo, eram povos misturados, biologicamente e culturalmente, por povos não ocidentais, povos não cristãos, como no caso dos mouros (FREYRE, 2001). Ainda, o clima quente do território português levava-os a serem considerados mais próximos da população de certas regiões africanas e asiáticas, enquanto a Europa-central apresentava clima mais ameno ou realmente frio. Isso tudo significa que os portugueses eram considerados pelos ingleses como “os negros” ou os “não brancos da Europa” (SANTOS, 2006b). Portanto, poderíamos dizer que o português é o negro da Europa, o não branco da Europa, justamente esse branco não branco que colonizou o território continental, conhecido hoje como Brasil.

O branco português torna-se branco, belo, inteligente, “civilizador”, desenvolvido⁸, no contato com outros “mais-não-

⁷ De repente, com uma intervenção cirúrgica.

⁸ Idem.

brancos” do que ele. No encontro entre os “dois mundos”, salientam-se as comparações fenotípica e cultural. Primeiro, entre o português e o “índio”, segundo, entre o português e o africano, classificados, respectivamente, como “negro da terra” e “negro de guiné” (escravo da terra e escravo de guiné) (ALENCASTRO, 2000, p. 44). Para abreviar, diria que é justamente no contraste com o “Outro” (leia-se, “negro da terra”, “negro de guiné” ou “peça de guiné”) que o “negro da Europa” torna-se branco. Ressalto “branco-Aqui”, na “terra brasilis”, “não branco-Lá”, na Europa Central.

De forma geral, o branco não branco, ou “branco-Aqui”, que colonizou, “civilizou,” terra e gente, no futuro, seus descendentes tornar-se-ão brancos brasileiros, quando o fenótipo permitir, principalmente. Os brancos não se tornarão identidades “hifenizadas”, como é o caso dos afro-brasileiros. Quando se referem somente aos negros⁹, tornar-se-ão apenas brancos, “brancos-Aqui”. Porém, em outros espaços territoriais, podem ser considerados não brancos, como é caso da Inglaterra, em que o branco-Aqui (Brasil) pode ser considerado um não branco-Lá (Inglaterra).

O degredado, o branco mais degenerado entre os degenerados¹⁰

A sentença de banimento foi transformada em algo que os Estados modernos emergentes consideravam mais útil. O degredo, uma forma de colonização coercitiva, obrigava o criminoso a residir em uma colônia. A diferença entre o degredo

⁹ Tratarei mais detalhadamente do assunto “branco com hífen”, posteriormente.

¹⁰ Neste item trato a respeito de um personagem português que pertencem à rale da sociedade, porém, a colonização do Brasil foi realizada por esses personagens e também por aqueles de grande prestígio social, como é o caso da fidalguia portuguesa, o próprio rei português. Portanto, na colonização lusitana no Brasil, encontramos personagens do alto escalão e do mais baixo. O meu propósito, ao tratar dos brancos degredados, de forma alguma foi de reforçar a ideia de lusofobia, isto é, a aversão à contribuição da colonização portuguesa na cultura plural brasileira.

e o banimento é que o degredado era obrigado a residir em lugares distantes, estratégicos e indesejáveis (COATES, 1998). Portanto, o branco degredado seria o português criminoso condenado com o desterro. Sua punição era o exílio na “Ilha de Vera de Cruz”, depois “Terra da Santa Cruz”, finalmente, “Brasil”, assim como, de forma semelhante, poderia ser enviado para outras colônias lusitanas.

O Novo Mundo também significou uma prisão, o desterro. O degredado, ao chegar nesse vasto território, foi praticamente obrigado a “civilizar” (domesticar) terra e gente “selvagens”, assim como mostra a Carta de Pêro Vaz de Caminha (Carta de Caminha).

[...] Parece-me gente de tal inocência que, se nós entendêssemos a sua fala e eles a nossa, seriam logo cristãos, visto que não têm nem entendem crença alguma, segundo as aparências. E portanto se os degredados que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa tenção de Vossa Alteza, se farão cristãos e hão de crer na nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque certamente esta gente é boa e de bela simplicidade [...] (CAMINHA, 1500 [1963], p. 7).

Justamente o degredado, uma pessoa que não poderia ser considerada “muito civilizada”, sua prática de incivilidade levou-o ser retirado do convívio social com seus concidadãos, além de ser também um subversivo à ordem política. O degredado é um dos personagens que mais aparecem na Carta de Pêro Vaz de Caminha (Carta de Caminha). Podemos considerá-lo como uma pessoa de valores morais questionáveis, um criminoso, praticante de atos como estupro e assassinato¹¹.

¹¹ et. al.



É possível que se degredassem de propósito para o Brasil, visando ao interesse genético ou de povoamento, indivíduos que sabemos terem sido para cá expatriados por irregularidades ou excessos em sua vida sexual (...) convinhos superexcitados sexuais que aqui exercessem uma atividade genética acima do comum, proveitosa talvez nos seus resultados aos interesses políticos e econômicos de Portugal e do Brasil. Atraídos pelas possibilidades de uma vida livre, inteiramente solta, no meio de muita mulher nua (...). (FREYRE, 2001, p. 94-95).

De acordo com Gilberto Freyre, entre os degredados havia criminosos sexuais que encontraram terreno fértil na colônia para praticar livremente o que era proibido em seu território. E a violência sexual praticada contra a indígena poderia ser considerada, no contexto colonial, um ato civilizatório. Diante disso, o criminoso sexual torna-se uma pessoa adequada para executar tal tarefa, que interessa política e economicamente ao Estado português. No mínimo, poderíamos dizer que o degredado é um transgressor das leis que regulam a coletividade em seu território de origem e, na visão do colonizado, ele é um agressor; um conquistador sem escrúpulos.

Logo, alguns dos brancos pioneiros que desembarcaram das caravelas na Ilha de Vera Cruz foram a “ralé da sociedade portuguesa”, brancos não virtuosos. Se uma das características da branquitude é a virtuosidade, podemos considerar que os brancos degredados são sem virtudes, como a falta de virtude não é uma característica da branquitude e, sim, da negritude. Os brancos degredados podem ser considerados degenerados. Aliás, sua degenerescência levou-os ao encarceramento e ao desterro.



A expressão “branco degenerado”¹² cabe para pontuar a hierarquia entre os próprios brancos. O branco rico consideraria o branco pobre um ser degenerado, pois o branco, em razão de sua própria branquitude, “pela graça divina de ter nascido branco”, estaria destinado ao sucesso. Ser [senhor] escravizador, ser rico, ser empregador. O branco que não cumpre o “destino manifesto de sua raça” constrange seu grupo, tratando-se de um branco degenerado. O branco degenera-se socialmente, levando-se em conta que, nas histórias social e cultural ocidentais, o branco não se considera, nem é considerado, como um indivíduo ou grupo, com características biológicas inferiores. O branco degenera-se socialmente ao aproximar-se de não brancos. Contudo, por mais que se distancie dos brancos ricos (virtuosos), jamais será igual ao não branco, mesmo quando perde em alguns aspectos numa comparação com o não branco.

Para ilustrar a ideia, digamos que certo não-branco seja considerado uma pessoa de superioridade moral a determinado branco. O acontecimento será considerado exceção, não regra. O não branco com valor moral superior ao branco representaria um mérito individual, uma exceção. Valor moral é atribuído ao grupo branco, mesmo quando indivíduos brancos negligenciam esses valores intrínsecos. Na hierarquia entre os brancos, inclusive entre os brancos degenerados, brancos desvirtuosos, os degradados encontravam-se numa graduação hierárquica inferior a todos. A título ilustrativo, o degenerado é inferior ao branco pobre honesto, pois o pobre não desrespeita as normas sociais, fruto dos valores morais, do costume e das leis. Portanto, o branco pobre, mesmo que degenerado por não ser virtuoso, vive em conformidade na sociedade, por isso não é necessário excluí-lo do convívio livre ou bani-lo para o desterro.

¹² Cf. WRAY, Matt. Pondo a ralé branca’ no centro: implicações para as pesquisas futuras. In: WARE, Vron (Org.) *Branquitude: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond. 2004, p. 339-361.

Em resumo, o branco degenerado é aquele que se encontra na base da hierarquia entre os brancos no período das caravelas. Poderíamos dizer que a Terra da Santa Cruz, futuro Brasil, foi o espaço de punição dos degredados, quando brancos, foram os brancos mais degenerados entre os degenerados. A colonização produto de uma estratégia eficiente da coroa portuguesa (BETHENCOURT; CHUAUDHURI, 1998), do monarca português, o branco mais branco entre os brancos portugueses. Porém, menos branco do que o branco inglês e o francês.

Por ironia, se o branco degredado foi enviado para o desterro pelo branco rei, depois de alguns anos o outro branco rei foi enviado pelo branco inglês e também francês para o antigo desterro. O rei, ao chegar ao Brasil, alçou-o à condição de Reino Unido a Portugal. Dessa forma, tornou-se o maior de todos os “brancos-Aqui” [Brasil]. Na época, 1808, o rei já pôde ser recebido por descendentes de brancos degredados que se tornaram burgueses, fidalgos, senhores¹³, além de trabalhadores negros e indígenas escravizados. Logo, o antigo degredado subiu na escala hierárquica entre os próprios brancos. Dessa forma, deixou para o esquecimento seu passado familiar como degredado. Então, tornou-se cidadão e branco, apenas inferior ao branco rei. O monarca, assim como seu povo, classificado como imbecilizado, selvagem, degenerado, portanto, não branco para os ingleses, como mostra o trecho que se segue:

(...) Os homens portugueses são, sem dúvida, a raça mais feia da Europa. Bem podem ele considerar a denominação “ombre blanco” – homem branco – como uma distinção. Os Portugueses descendem de uma mistura de Judeus, Mouros, Negros e Franceses, pela sua aparência e qualidade parecem ter reservado para si as piores partes de cada um destes povos. Tal como os Judeus são mesquinhos, enganadores e avarentos. Tal

¹³ et. al.

como os mouros, são ciumentos, cruéis e vingativos. Tal como os povos de cor, são servis, pouco dóceis e falsos (...). (PIRES *apud* SANTOS, 2006b, p. 234).

O documento, de 1780, evidencia o olhar do inglês para o português. Chama a atenção quando diz que sua mistura com o judeu, mouro, negro e francês acentuou os defeitos do branco português. Nota-se que o branco inglês considera-se superior também ao branco francês, provavelmente, superior a todos os outros brancos¹⁴. Quanto à branquitude portuguesa, sua inferioridade fez com que os não brancos – africanos, indígenas (negros da terra e negros de guiné) –, em determinadas ocasiões, tivessem dúvidas sobre quem era o seu verdadeiro senhor (colonizador), Portugal ou Inglaterra? (SANTOS, 2006b).

Ao comparar as duas nações, poderíamos considerar o próprio rei português um branco degenerado na hierarquia entre a branquitude das nações, pois, nesse período histórico, o verdadeiro branco virtuoso entre todos seria o inglês, para os britânicos tornando o próprio rei português um degenerado em comparação a si. No entanto, se comparado ao degredado, o primeiro colonizador, catequizador e tradutor entre os dois mundos “português” e “brasileiro”, o degredado difere-se do rei por ser o branco mais degenerado entre todos os degenerados, levando-se em conta seu próprio rei.

“Cegueira” do branco fruto da colonização

A partir da negritude, Aimé Césaire fala a respeito do branco colonizador. Ele desconstrói a ideia de colonização como processo civilizatório e de evangelização necessária aplicada aos povos primitivos não brancos (CÉSAIRE, 1971). Para Césaire, a colonização foi um processo violento, cujos efeitos se

¹⁴ Os ingleses e alemães são brancos que se querem “puros”. No caso dos ingleses, foram dominados pelos romanos e inexistem “povos puros” (PENA; BORTOLINI, 2004).

estenderam em outras formas de subjugação, isto é, neocolonialismo depois do seu fim, em termo de “tempo” (datação histórico-política) (HALL, 2003). Restringindo-me aos colonialismos inglês e português, ou melhor, ao branco inglês e ao branco português, quem seriam esses colonizadores? Albert Memmi, ao “retratar o colonizado e o colonizador”, aborda a questão de uma maneira genérica, no entanto, muitas de suas análises cabem aos colonialismos ibérico e anglo-saxão, apesar de distintos. E isso especialmente quando se refere à sutil persuasão, além da imposição direta praticada pelo colonizador com o intuito de introjetar no colonizado a ideia de que ele é inferior.

Em outras palavras, sua inferioridade seria um dado natural, portanto, inquestionável e, nesse caso, seria prudente para o colonizado se conformar (MEMMI, 1989). Dessa forma, seria natural o antagonismo colonizador-colonizado. Seria um dado da natureza o lugar de superioridade que o colonizador ocupa. Nessa perspectiva, esvazia-se a construção histórico-cultural-econômica desse antagonismo.

O colonizador torna-se bem-sucedido quando introjeta no colonizado “o complexo de dependência”, “complexo de inferioridade”. (FANON, s/d [1952], p. 37-39). No caso, o colonizado seria uma criança dependente, enquanto o colonizador seria um ser “superior”, adulto, independente e sem parâmetros, sendo sua medida si próprio. Um ser narcísico enamorado pela sua própria imagem, enamorado pelo seu próprio ser social. O retrato do colonizador, aparentemente, reflete a si mesmo. Digo “aparentemente” porque, na realidade, o branco, diante do espelho, não enxerga nada, pois sua imagem não é refletida no espelho; o branco é um Drácula¹⁵, um

¹⁵ Cf. CARDOSO, C. Lourenço. *O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil*. [Tese de Doutorado]. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil, 2014.

personagem sedutor que possui o corpo desejado por todos os “não Dráculas”; corpo que o próprio não consegue observar diante do espelho, corpo que o próprio não consegue perceber da mesma maneira que os “não Dráculas”, os não brancos.

Quanto ao colonizado, ao se colocar diante do espelho, enxerga o colonizador. Enxerga-se como colonizador. Assim como todos os não brancos, “não Dráculas”, como africanos, negros que, quando estão vivendo o processo de branqueamento, enxergam-se como brancos, isto é, vivenciam um forte processo de rejeição de si. Porém, no caso do não branco, é diferente. O negro, mesmo quando nega a si mesmo, consegue enxergar o Outro, o humano, o branco. O negro enxerga o branco como humano ao rejeitar a própria humanidade.

Por outro lado, o branco, ao focar os olhos somente para si, ao não enxergar o negro como humano, humanidade reflexo de si, ao não enxergar o negro como o outro lado do espelho, acaba por não enxergar a si mesmo. A imagem do branco refletida no espelho não é sua própria imagem. No máximo, é uma foto¹⁶, uma figura congelada, petrificada, imóvel. Imagem que não envelhecerá ou morrerá. Enquanto o negro possui como parâmetro o branco, o branco não possui parâmetro por ser sua própria medida, ou branco é o próprio parâmetro de si, uma medida de si mesmo¹⁷, cega (MARTINS, 2006). O branco, em virtude de não se enxergar¹⁸, impossibilita-o de ser, inclusive, parâmetro de si.

¹⁶ Neste caso, a metáfora seria o branco como fotografia e não o branco como Drácula.

¹⁷ Cf. CARDOSO, C. Lourenço. *O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil*. [Tese de Doutorado]. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil, 2014.

¹⁸ Falo de cegueira no sentido metafórico que atribui José Saramago no “Ensaio sobre a cegueira”. Ao utilizar o termo, não pretendo menosprezar ou diminuir pessoas portadoras de necessidades especiais. Mais informações sobre o tema cegueira m Cf. Martins, 2006.

Ele somente enxerga o não Ser, o Outro não branco. Significa que o branco se enxerga pelo contraste daquilo que “Não É”. O que equivale a dizer colonizado, africano, negro, “desumano”. Ao atribuir somente a si a humanidade, ao não enxergar o Outro como humano, o branco evidencia que possui uma imagem distorcida do Outro e de si mesmo. Portanto, possui uma “espécie de cegueira”, descrita no belo romance de José Saramago *Ensaio sobre a cegueira*: “Queres que te diga o que penso, Diz, Penso que não cegámos, penso que estamos cegos, Cegos que vêem; cegos, que, vendo, não veem”. (SARAMAGO, 1995, p. 310).

O branco que não se enxerga (SANTOS, 2002), o branco como uma imagem distorcida de si e do Outro, é o branco colonizador, é o retrato do colonizador. Padrão cultural, físico e moral que levou o colonizado – e ainda leva – muitos negros a desejarem ser como ele, ou melhor, ser ele. Abreviando, o que significa ser branco fruto da colonização, afinal? Poderia esboçar como resposta ser “cego” sobre si e, ao mesmo tempo, possuir uma imagem distorcida a respeito do Outro. A cegueira a respeito de si e a distorção a respeito do Outro são o que o negro ambiciona quando deseja ser branco. Isso é um dos significados realista do que é ser branco fruto da herança colonial. Um grande passo será dado quando o branco enxergar-se e enxergar os Outros. Enxergar no Outro, por exemplo, o negro, a si mesmo, o humano.

A escravidão e a estereotipação do branco português

Para alguns autores, o modo de produção escravista explica porque nossa nação simbolizava o atraso (SCHWARCZ, 2007). De forma oposta, os Estados Unidos representavam o modelo de desenvolvimento. Para Florestan Fernandes, a escravidão teria “deformado” o negro (FERNANDES, 1978). Maria Aparecida Bento inquire-o: a escravidão não teria também “deformado” o branco? (BENTO, 2002a). O patrimonialismo, o clientelismo, a

aversão ao trabalho manual, o preconceito social, o preconceito racial, a mentalidade arcaica da burguesia¹⁹ seriam heranças da escravidão. Nesse sentido, o nosso subdesenvolvimento seria fruto de nosso traço iberista, tropical, católico. De sua parte, Maria Aparecida Bento leva-nos a observar o impacto da colonização para além do negro, já que nos estimula a analisar o efeito do modo de produção escravista para a sociedade brasileira de forma geral.

Porém, quando se refere à escravidão, fala-se de “escravo”; quando se fala de escravo, associa-se diretamente ao negro. Ou se preferirem, a palavra escravo é entendida como sinônimo de negro. Dessa maneira, a escravidão seria um fenômeno que diz respeito somente ao negro, automaticamente, resulta no esquecimento do colonizador, do escravizador, ou mais concretamente, do branco. Além disso, naturaliza o negro como escravo, ou descendente de escravo, diferente de considerá-lo um humano que em determinado momento histórico foi escravizado. A lógica de raciocínio que naturaliza o negro como escravo, ao mesmo tempo leva, de forma sutil no decorrer do tempo, ao esquecimento do opressor. O esquecimento é o primeiro passo. O segundo passo é a invisibilização do branco no papel de escravizador. Por isso, a imediata associação de escravidão à deformidade do negro, esquecendo-se dos outros “prováveis” deformados, como o branco e o indígena²⁰.

O processo de invisibilização do branco e o “escanteamento” do indígena leva à super-visibilização do escravizado, tornando-o o principal responsável pelos males da nação brasileira. Em contrapartida, a invisibilização do escravizador torna-o personagem secundário, portanto, com menor responsabilidade. Por outro lado, se procurarmos visibilizar o branco, enxergaremos o branco português. Ele é o escravizador. O

¹⁹ et al.

²⁰ A respeito do indígena, tratarei mais adiante.

português que representa um colonialismo “fraco”, mentalidade arcaica e império periférico (RIBEIRO, 2004). Ser atrasado é a característica comum entre o branco português e o negro africano. São atrasados, porém, em categorias distintas: o branco é o escravizador e o negro, o escravizado.

A modernização brasileira trará outros personagens. Faço menção ao fenômeno da imigração europeia no século XIX. Diante do novo contexto, o branco português escravizador deve se modernizar, integrar-se à sociedade industrial emergente, superar sua antiga condição social (CÂNDIDO, 2001), ou correrá o risco de se tornar estereótipo, caricatura, etnia. Um personagem folclórico, um “tuga”²¹ resquício do passado. O português, da mesma forma que o africano, representa um período histórico pré-capitalista, que o projeto desenvolvimentista rejeita quando possui a lógica de rompimento com o passado (Brandão, 2005).

A consequência da imigração europeia serão a invisibilização e a estereotipação do branco português, do branco colonizador pioneiro. Passa-se a visibilizar “o branco imigrante”, o branco italiano, por exemplo. À medida que se focaliza o branco da imigração e se invisibiliza o branco da colonização (pioneiro), esquece-se do branco que simboliza o atraso. Ele torna-se resquício do passado.

A visibilização do branco imigrante fortalece a ideia de que o Brasil, finalmente, estava sendo povoado por “branco-mesmo”, caso dos italianos. Nossa nação estava a caminho do desenvolvimento, pois, finalmente, recebia em sua terra o branco, o símbolo do progresso (SCHWARCZ, 2007), símbolo da “sociedade desejada” por algumas de suas elites brancas. O ideal do branqueamento contribui para esquecimento do branco português ou sua transformação em estereótipo. Em resumo, diria que o ideal do branqueamento é um projeto de nação que

²¹ Maneira pejorativa com a qual o colonizado refere-se ao colonizador português.

se deseja branca (MUNANGA, 2004). Se fosse possível mudar a história, escolher o colonizador, alguns fantasiavam que o Brasil seria desenvolvido, se tivesse vivido uma colonização britânica, dessa forma, seríamos os “Estados Unidos da América do Sul”. No entanto, o projeto de colonialismo inglês e o português eram diferentes (HOLANDA, 1995; SOUZA, 1998), o que resulta em nações pós-coloniais distintas, além de outras razões.

Quanto aos negros, eram pessoas e grupos indesejados, já que não combinavam com a sociedade capitalista industrial emergente. Seu próprio corpo simbolizava o resquício do passado. Diferente do branco, pois, na Europa central, encontram-se aqueles grupos étnico-raciais desejáveis para povoar o Brasil. No que diz respeito ao negro, inexitem grupos e pessoas desejáveis, são todos malvistas. Se, por um lado, o branco português representava o atraso, por outro, o branco italiano simbolizava o progresso²². No caso dos africanos, de qualquer parte, significavam atraso, sendo todos mal conceituados, sem exceção. Isso poderia fazer com que algumas das novas gerações de negros optassem por se tornar branco, caso o fenótipo permitisse. No vigor do ideal do branqueamento, muitos queriam ser brancos (RAMOS, 1995[1957]b), e quando brancos, queriam ser ainda mais brancos; queriam ser brancos-brancos, isto é, brancos-mesmo.

O branco-branco, o branco imigrante

Ao caminhar para modernidade, o Brasil precisava superar um problema do período colonial, o número elevado de negros. O trabalhador escravizado tornou-se desinteressante para a sociedade que se industrializava (FERNANDES, 1978). A

²² Em verdade, o “branco italiano” não era o branco mais desejado pela *intelligentista* para povoar o Brasil. Eles preferiam os alemães. No entanto, por falta de brancos de maior hierarquia (numa comparação entre os próprios brancos), o italiano serviu ao propósito simbólico de representar o progresso no contraste com o negro.

figura do negro representava em si o símbolo pungente do passado que se queria esquecer. O negro significava sinônimo de africano, sinônimo de escravo. Não lhe era associado à categoria trabalhador, nem de trabalhador forçado um *mero instrumento vocal*. A denominação “trabalhador” será associada ao branco imigrante, de maneira geral, ao italiano; e de modo particular, a palavra trabalhador, no início da industrialização, não está associada ao negro.

O trabalhador branco traz pautas classistas para o Brasil, como é caso do anarquismo, anarco-sindicalismo, socialismo e comunismo²³, que resultarão em conquistas para os trabalhadores no futuro, principalmente no Governo de Getúlio Vargas. Logo, no período do nascimento das fábricas, o conflito central é entre os “proprietários dos meios de produção” e os “trabalhadores” das fábricas, patrões e empregados das cidades, e em menor escala no espaço rural (CÂNDIDO, 2001, p. 269-283). O Brasil da sociedade de classe²⁴ possui como personagem central o trabalhador e o empresário, empregado e patrão, os dois cidadãos brancos. Por outro lado, durante o mesmo período, o negro era memória viva do trabalho “escravizado”. Uma história que se tornou inconveniente ao “Brasil que se quer moderno”.

O negro torna-se aquilo que se gostaria de esquecer, até mesmo por causa do ideal do branqueamento (MUNANGA, 2004), projeto desenvolvimentista que incentivou a substituição do branco pelo negro, pois o branco, em contraposição ao negro, era considerado símbolo do progresso, moderno, desenvolvido, do “trabalhador”. Quando “protestante” (calvinista), um “ser predestinado” ao sucesso (SOUZA, 1998).

²³ et al.

²⁴ Cf. FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3ª ed., vol. I e II, São Paulo: Editora Ática, 1978.

O branco imigrante, ou mais concretamente, o italiano e o alemão, é mais valorizado do que o português. Se compararmos o branco italiano ao português, o italiano será considerado mais branco, branco-branco. O ibérico é considerado uma das razões para nosso atraso histórico. Quando o Brasil, no século XIX, incentivou a imigração europeia, o português não era o público preferido (SANTOS, 2006b). A nação desejava os italianos e alemães, queria que viessem os branco-brancos, pois já bastavam o branco não branco português, assim como o negro e o africano (LESSER, 2001). O chinês, o japonês e o africano também se enquadram nos imigrantes indesejáveis, pois tornariam nosso país mais horripilante, em virtude de sua feiura (SCHWARCZ, 2007).

Além disso, nos *infectaria* com a herança cultural não ocidental, tornando-nos menos brancos ainda mais (SCHWARCZ, 2007). No caso particular do africano, a questão era se livrar dos que já existiam e não trazer mais. Em suma, a imigração desejada pela *intelligentsia* branca era somente os brancos-brancos, alemães de preferência; porém, os italianos foram bem-vindos, pois são brancos-brancos, ou seja, mais belos, inteligentes, educados e éticos do que todos os outros não brancos e brancos não brancos. A imigração do branco-branco representava a colocação em prática da ocidentalização, da modernização e do embranquecimento tardio da nação brasileira. O branco imigrante, o branco-branco, era a face desejada do Brasil do futuro.

O branco brasileiro ser não hifenizado e a oposição binária

A chegada dos não europeus, ou, mais concretamente, sírios, libaneses e japoneses, entre 1850 e 1950, torna mais complexo o significado de ser branco no Brasil. Os novos imigrantes poderiam se integrar como identidades hifenizadas, ou apenas brasileiros. No caso do imigrante japonês, e seu descendente Nikkei, torna-se complicado deixar de ser nipo-brasileiro, livrar-

se do hífen, “abrasileirar-se”, embranquecer²⁵. Ele será visto continuamente como estrangeiro, denominado “japonês”, ou seja, um “eterno fora de lugar” em nosso país e na terra dos seus antepassados.

Os outros imigrantes sírios, libaneses e seus descendentes sírio-libaneses, da mesma forma os judeus e os muçulmanos, possuem a opção de ocultar seu hífen e embranquecerem (LESSER, 2001), tornarem-se somente brasileiros, no caso, brasileiros brancos, ou simplesmente brancos. Diferente dos Estados Unidos, pois lá eles mantêm o hífen, como indicador da não branquitude. Apesar de poderem adquirir a identidade nacional, a “americanidade”, eles são considerados judaico-americanos, árabe-americanos, não simplesmente americanos ou brancos. Em nosso país, eles podem optar por ocultar o hífen ou não, pois o embranquecimento e a nacionalidade os alcançam. Eles não necessitam acionar a ancestralidade não branca ao hifenizar-se. Como é o caso de grupos não brancos discriminados injustamente (CARDOSO, 2008), durante séculos, por causa da identidade racial.

Abrindo parênteses, diria que grupos não brancos reivindicam suas ancestralidades cultural e biológica numa estratégia política. O objetivo é minimizar, ou abolir, as desigualdades sociais em consequência do racismo. Esse é o caso da hifenização negra, da nomeação afro-brasileiro. Ao hifenizar-se, o branco não possui a mesma necessidade. Pode hifenizar-se por reação à hifenização não branca. Em outras palavras, a hifenização branca, ou mais concretamente, o termo, ítalo-brasileiro, pode ocorrer quando o branco se sente injustiçado, devido às políticas de ação afirmativa em favor dos negros, por exemplo. Porém, a hifenização branca por reação à negra ainda é um fenômeno emergente em nosso território.

²⁵ Lembrando que o projeto era de uma brasilidade branca de origens cultural e biológica centro-europeias.

Fechados os parêntesis, lembro que os brancos não são todos iguais. Eles possuem hierarquias: o alemão possui maior valor e o português menor, porém, são todos brancos. Mesmo diante de sua diversidade e conflitos, os judeus, os árabes etc., terão a possibilidade de se tornarem brancos, desde que a corporeidade os favoreça. Digo tornarem-se brancos sem hífen, simplesmente brancos, da mesma forma que o branco europeu. O sírio e o libanês, não necessariamente, estavam fadados a se tornarem “brancos árabes”, etnia como nos Estados Unidos (HALL, 2005). O poder aquisitivo é relevante, no entanto, na realidade brasileira, a brancura persiste como um indicador mais importante para definir quem é branco. Porém, outros aspectos podem ser utilizados como marcadores da diferença, para que o branco seja classificado com hífen ou sem, ou mais propriamente, branco brasileiro ou branco judaico-brasileiro.

Nesse exemplo, a roupa, o corte de cabelo, a língua são os indicadores que levarão à classificação do judeu, com fenótipos da brancura, como “branco judeu”, “judeu branco”, tornando-se etnia ou nova etnia (judeu brasileiro) em nosso território. Entretanto, irá se tornar apenas branco na falta de indicadores que revelem a origem judaica, da mesma forma que o teuto-brasileiro torna-se (a) branco; (b) brasileiro [simplesmente]; (c) branco brasileiro.

Diante disso, diria que a teoria racial brasileira realiza sua análise com base na oposição binária: branco-negro. Os estudiosos estão focados nessa perspectiva, deixando de pensar em outras possibilidades de identidades sociais que não dizem respeito, necessariamente, à dualidade. Para ilustrar, as imigrações japonesa, chinesa, sírio e libanesa²⁶ (LESSER, 2001). O indígena foi a primeira identidade invisibilizada por essa racionalidade, ou como preferi definir, como modo de pensar, da razão racial dual. Os nativos que sobreviveram ao

²⁶ et al.

extermínio foram “escanteiados”. A invisibilização indígena evidencia o antagonismo branco-negro, reforçando o modo de pensar da razão dual racial; ou seja, a tríade matriz originária – índio, português, africano – se reduziu (LESSER, 2001), transformando-se na díade português-africano, branco-negro. Em resumo, com o “escanteiamento” do indígena, a tríade matriz torna-se binária. A dualidade colaborará para construção social do branco, do negro e do mestiço, ao mesmo tempo em que invisibiliza e silencia outras identidades que não, necessariamente, enquadram-se nesse modo de pensar.

Considerações finais

O objetivo do branco não branco brasileiro é tornar-se branco-branco. Para isso, o distanciamento histórico de sua matriz patrilinear portuguesa é necessária. O português, que é o branco não branco, branco selvagem, devido à sua mistura cultural e biológica moura, sua parte negra, característica acentuada (e piorada) ao misturar-se com o indígena (mal menor em termos de fenótipos) e com o africano (mal maior em termos de fenótipos).

No decorrer dos séculos, com a chegada de outros povos e etnias, como os italianos, a mestiçagem entre os grupos brancos fez com que o antigo filho do branco não branco se tornasse brasileiro. Ele não se tornou luso-brasileiro ou ítalo-brasileiro; tornou-se branco, apenas, sem hífen. A hierarquia, entre os brancos, existe e persiste construída e reconstruída histórica, social e economicamente, de forma peculiar em cada cultura. No que diz respeito à condição socioeconômica, o branco rico cumpre seu “destino manifesto” e o pobre é considerado degenerado (WRAY, 2004). Quanto às hierarquias entre as nações e os povos, os Estados Unidos e os estadunidenses –

apesar do ex-presidente Barack Obama²⁷ – representa a “branquitude referênciada” contemporânea, na maioria dos quesitos: economia, política, educação, ciência, tecnologia, estética, arte, entretenimento, máquina de guerra e polícia secreta²⁸.

Ser cidadão dos Estados Unidos, o “americanismo”, significa a própria modernidade, pós-modernidade, desenvolvimento, ocidentalismo. O branco sinônimo de virtuosidade, geralmente, encontra-se nos Estados Unidos. Guerreiro Ramos sugeriu o impacto do branqueamento no branco, isto é, o desejo de ser branco inglês, branco estadunidense, branco no nível hierárquico mais elevado entre as branquitudes. Podemos interpretar sua análise da seguinte forma: o branco que denominei como branco-branco rejeitava qualquer herança cultural ou biológica não branca: africana, asiática, americana pré-colombiana; se fosse possível, igualmente rejeitaria as ancestralidades ibérica, judia e moura.

Porém, o próprio conde Arthur de Gobineau estava ciente de que pureza racial é uma ideia fantasiosa. No limiar do século XX, tornou-se difícil refutar a tese de nossas heranças ibérica, indígena e africana, nossa parte negra. O brasileiro intensificou-a, no decorrer da história colonial, escravista, republicana e contemporânea. Diante da impossibilidade da rejeição dessa herança, a solução foi embranquecer. Nosso iberismo, africanismo e “indigianismo” foram considerados os responsáveis por não sermos modernos, por não sermos a Europa, por não sermos os Estados Unidos. Diante disso, incentivou-se a imigração de branco-branco, como alemães e italianos. A história segue e a formação social brasileira torna-se mais complexa com a chegada de novos imigrantes: não

²⁷ Por enquanto o negro como presidente dos Estados Unidos representa uma exceção.

²⁸ et al.



européus, antes indesejados. Novas etnias e culturas diversas vêm povoar o país.

Entre eles, alguns, sírios, libaneses e judeus tornam-se brancos sem hífen, brancos-brancos, brancos-Aqui [Brasil]. Dessa forma, não necessariamente apresentam, em primeiro momento, seus indicadores da diferença. O hífen que indica sua origem familiar não é necessário, como o teuto-brasileiro ou o judaico-brasileiro. Ele pode apresentar-se, simplesmente, como brasileiro ou branco. Cabe lembrar que esses brancos com hífen ocultos, brancos-brancos, no Brasil, ao viajarem para os Estados Unidos tornam-se brancos não-brancos-Lá [EUA]. O branco-Aqui [Brasil] é considerado não-branco-Lá [EUA], uma nova etnia: latino, brasileiro, branco-brasileiro, não-branco estadunidense. Mesmo que seja riquíssimo, ainda que se torne o homem mais rico do mundo, lá, ainda será considerado etnia, não branco estadunidense, portanto, menos branco.



Referências

- Alencastro, Luis Felipe de. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- Bento, Maria Aparecida da Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida da Silva (Org.) **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002. p. 25-57(a).
- Bethencourt, Francisco; CHUAUDHURI, Kirti (Dir.) **História da expansão portuguesa**. v. 1, Navarra, Espanha: Círculo de Leitores e Autores, 1998.
- Brandão. C. R. **Identidade e etnia**: construção da pessoa e resistência cultural, 1986.
- Brookshaw, David. **Raça e cor**: na literatura brasileira. Série Novas Perspectivas 7. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- Caminha, Pêro Vaz de. *Carta a El-Rei D. Manuel*. São Paulo: Dominus Editora S.A, 1963. Disponível em: <<http://www.cce.ufsc.br/~nupill/literatura/carta.html>>.
- Candido, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. Estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 10. ed. São Paulo: Editora 34, 2003.
- Cardoso, Lourenço C. **O branco ante a rebeldia do desejo**: um estudo sobre a branquitude no Brasil. Tese (Doutorado) – Unesp - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2014.
- _____. **O branco “invisível”**: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957-2007). Dissertação Mestrado

- Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.
- Césaire, Aimé. **O discurso sobre o colonialismo**. Tradução de Carlos S. Pereira. Porto: Ed. Poveira, 1971.
- Fanon, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. Tradução de Alexandre Pomar. Porto: Edição A. Ferreira, s/d[1952].
- Fernandes, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. vol. I e II. São Paulo: Editora Ática, 1978.
- Freyre, Gilberto. **Casa-grande & senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil**. 42. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.
- Hall, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2005.
- _____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Sovik, Liv (Org.). Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- Holanda, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- Lesser, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. Tradução de Patricia de Queiroz Zimbres. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- Marques, A. H. Oliveira. **História de Portugal: das origens ao Renascimento**. v. 1. 13. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1997.
- Martins, Bruno Sena. **E se eu fosse cego? Narrativas silenciadas da deficiência**. Porto: Edições Afrontamento, 2006.
- Memmi, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. 3. ed. Tradução de Roland Corbizer e Mariza Pinto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

- Munanga, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil.** Identidade nacional versus identidade negra. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2004.
- Pena, Sérgio D. J; Bortolini, M. C. Pode a genética definir quem deve se beneficiar das cotas universitárias e demais ações afirmativas? *Estud. Av.* v. 18, n. 50, p. 31-50.
- Ramos, Alberto Guerreiro. O problema do negro na sociologia brasileira. In: _____. **Introdução crítica à sociologia brasileira.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995[1957]. p. 163-211(c).
- _____. Patologia social do “branco” brasileiro. In: _____. **Introdução crítica à sociologia brasileira.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995[1957], p. 215-240(b).
- Ramos, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995[1957](a).
- Santos, Boaventura de Sousa. Entre o próspero e o caliban. In _____. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política.** Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. v. 4. Porto: Edições Afrontamento, 2006. p. 211-255(b).
- _____. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.** Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. vol. 1. 4. ed. Cortez: Editora, 2002.
- Saramago, José. **Ensaio sobre a cegueira.** Lisboa: Círculo de Leitores, 1995.
- Schwarcz, Lilia Moritz. **O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930.** 7. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.



Souza, Jessé. Max Weber e a ideologia do atraso brasileiro publicado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 38, p. 1-16, 1998.

Sovik, Liv. Aqui ninguém é branco: hegemonia branca no Brasil. In: WARE, Vron (org.) **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 363-386.

Wray, Matt. Pondo a ralé branca no centro: implicações para as pesquisas futuras. In: WARE, Vron (Org.) **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 339-361.

